



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nº 23.698/CS

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO Nº 901.256 – DF

RECORRENTE : F. H. DO N.

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

RELATOR : MINISTRO CELSO DE MELLO

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO.
TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO.
CONDENAÇÃO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO
PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL.
INTEMPESTIVIDADE POR ANTECIPAÇÃO E
AUSÊNCIA DA PRELIMINAR DE
REPERCUSSÃO GERAL. IMPUGNAÇÃO
PARCIAL AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO
AGRAVADA. INADMISSIBILIDADE. DECISÃO
AGRAVADA E ACÓRDÃO RECORRIDO EM
CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO
STF. PELO NÃO CONHECIMENTO DO
AGRAVO.**

1. Trata-se de agravo interposto contra decisão monocrática proferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que negou seguimento ao recurso extraordinário nos autos da Apelação nº 2010.01.1.212317-7, diante da intempestividade recursal por antecipação e da inexistência da preliminar de repercussão geral (e-STJ fl. 3175).

2. Segundo o agravante, o RE deve ser admitido com fundamento no art. 102, inciso III, alínea a, da CF/88, por violação ao art. 5º, inciso LIII, da CF/88. Sustenta, para tanto, que exigir a ratificação do apelo, “*após o julgamento de embargos de declaração rejeitados pela Corte local, em que não houve modificação de absolutamente nada na situação jurídica do sentenciado, afigura-se um excesso de formalismo, à luz dos princípios da celeridade processual e da instrumentalidade das formas*” (e-STJ fl. 3257).

3. O parecer é pelo não conhecimento do agravo.
4. As razões do agravante se limitam a defender a tempestividade do apelo extremo, deixando de impugnar especificamente o segundo fundamento da decisão agravada, qual seja, a não apresentação da preliminar de repercussão geral, o que conduz à inadmissibilidade do agravo¹.
5. Não fosse esse o óbice à admissibilidade do recurso, está evidente, no caso, a intempestividade do RE.
6. O Plenário desse Pretório Excelso modificou recentemente o entendimento sobre o tema, no julgamento do AI nº 703.269/MG², quanto à tempestividade do recurso apresentado antes da publicação do acórdão

1 “AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I – **Nos termos da orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal, cabe à parte agravante impugnar todos os fundamentos da decisão agravada, o que não ocorreu no caso.** II - Agravo regimental a que se nega provimento” - grifo nosso (ARE 883503 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 01/07/2015, DJe-162 PUBLIC 19-08-2015).

2 “Embargos de declaração nos embargos de divergência nos embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo regimental no agravo de instrumento. Conversão em agravo regimental. **Interposição de embargos de divergência antes da publicação do acórdão embargado. Extemporaneidade. Instrumentalismo processual. Preclusão imprópria para prejudicar a parte que contribui para a celeridade processual. Boa-fé exigida do estado-juiz.** Agravo regimental provido. 1. A extemporaneidade não se verifica com a interposição de recurso antes do termo *a quo* e consequentemente não gera a ausência de preenchimento de requisito de admissibilidade da tempestividade. 2. O princípio da instrumentalidade do Direito Processual reclama a necessidade de interpretar os seus institutos sempre do modo mais favorável ao acesso à justiça (art. 5º, XXXV, CRFB) e à efetividade dos direitos materiais (OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. In: Revista de Processo, São Paulo: RT, n.º 137, p. 7-31, 2006; DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 14ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009; BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do Processo e Técnica Processual. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010). 3. As preclusões se destinam a permitir o regular e célere desenvolvimento do feito, não sendo possível penalizar a parte que age de boa-fé e contribui para o progresso da marcha processual com o não conhecimento do recurso por ela interposto antecipadamente, em decorrência de purismo formal injustificado. 4. (...) 6. Agravo regimental provido para cassar a decisão de inadmissão dos embargos de divergência com fundamento na extemporaneidade recursal” - grifo nosso (AI 703269 AgR-ED-ED-EDv-ED, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 05/03/2015, DJe-085 DIVULG 07-05-2015 PUBLIC 08-05-2015).

recorrido. No voto condutor do referido julgado, o e. Relator, Ministro Luiz Fux, considerou que “(...) *A finalidade da publicação do acórdão de julgamento é dar ciência à parte do teor da decisão, de modo que a interposição anterior do recurso denota que o referido propósito foi atingido por outros meios. Penalizar a parte diligente, que contribuiu para a celeridade do processo, é contrariar a própria razão de ser dos prazos processuais e das preclusões: evitar que o processo se transforme em um retrocesso, sujeito a delongas desnecessárias*”.

7. Referido entendimento, contudo, não se aplica ao caso dos autos, uma vez que **o recurso extraordinário foi interposto pelo agravante em 20/6/2012 (e-STJ fl. 2804), antes mesmo do julgamento dos embargos declaratórios, em 26/6/2012 (e-STJ fl. 2818/2819)**. Não se trata, portanto, de mera antecipação à publicação de acórdão.

8. Nesse contexto, considerando que o acórdão dos embargos declaratórios integra o julgamento da apelação criminal como decisão de última instância, nos termos do art. 102, III, da CF/88, ainda que não haja modificação substancial do teor do julgamento original, aplica-se à hipótese a tese de extemporaneidade recursal. Nesse sentido:

“(...) não ratificado o recurso extraordinário, mesmo que os embargos tenham sido interpostos pela parte agravada e ainda que não haja nenhuma alteração no mérito da causa, advém sua extemporaneidade, conforme o AI 329.359- AgR, rel. Min. Ilmar Galvão, 1ª Turma, unânime, DJ de 14.12.01, e AI 548.185, de minha relatoria, 2ª Turma, unânime, DJ de 07.10.05, além dos precedentes citados na decisão ora impugnada” (AI 667129 AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJe-060 DIVULG 03-04-2008 PUBLIC 04-04-2008).

9. Além disso, as razões do recurso extraordinário não apresentaram a preliminar formal e fundamentada de repercussão geral da questão constitucional suscitada, o que vai de encontro à legislação de regência

(arts. 102, § 3º, da CF; 543-A, § 2º, do CPC) e também inviabiliza o processamento do apelo extremo.³

10. Por fim, registre-se, só para argumentar, que a pretensão da defesa, no mérito, está em conflito com a jurisprudência dessa Corte Suprema, firme *“no sentido de que a obrigatoriedade estabelecida no § 2º do art. 399 do Código de Processo Penal⁴ poderá ser afastada por meio de interpretação analógica do art. 132 do Código de Processo Civil,⁵ por força do art. 3º do CPP⁶”*.

11. Ante o exposto, opina o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do agravo.

Brasília, 7 de outubro de 2015

CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES
Subprocuradora-Geral da República

3 "1. **A repercussão geral como novel requisito constitucional de admissibilidade do recurso extraordinário demanda que o reclamante demonstre, fundamentadamente, que a indignação extrema encarta questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos da causa** (artigo 543-A, § 2º, do Código de Processo Civil, introduzido pela Lei n. 11.418/06, verbis: **O recorrente deverá demonstrar, em preliminar do recurso, para apreciação exclusiva do Supremo Tribunal Federal, a existência de repercussão geral**). (...) 3. O momento processual oportuno para a demonstração das questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos das partes é **em tópico exclusivo, devidamente fundamentado, no recurso extraordinário**, e não nas razões do agravo regimental, como deseja a agravante. Incide, aqui, o óbice da preclusão consumativa. (...)” 5. Agravo regimental não provido” - grifos nossos (ARE 749579 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe-157 DIVULG 12-08-2013 PUBLIC 13-08-2013).

4 “ Art. 399. (...) ”

§ 2º O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença”.

5 “Art. 132. O juiz, titular ou substituto, que concluir a audiência julgará a lide, salvo se estiver convocado, licenciado, afastado por qualquer motivo, promovido ou aposentado, casos em que passará os autos ao seu sucessor”.

6 RHC 120414, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, julgado em 06/05/2014, DJe-100 DIVULG 26-05-2014 PUBLIC 27-05-2014.